

Os Açores e os desafios da Política Internacional: uma entrevista com Luís de Andrade

Paulo Vitorino Fontes

Luís de Andrade

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores

E-mail: luís.mv.andrade@uac.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4250-6184>

Paulo Vitorino Fontes

Professor Auxiliar Convidado da Universidade dos Açores

E-mail: paulo.v.fontes@uac.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1443-6820>

Luís Manuel Vieira de Andrade é um especialista nas Relações Internacionais que tem acompanhado o desenvolvimento das relações transatlânticas, principalmente entre Portugal e os Estados Unidos da América (EUA), mantendo sempre como foco principal a posição geoestratégica dos Açores. Num quadro de acelerada mudança global, no seio da Pandemia causada por Covid-19, a temática regional e atlântica ganha nova preponderância. Nesse contexto lançámos o desafio ao Doutor Luís de Andrade, de realizarmos esta entrevista por meios digitais, para revisitarmos a vasta problemática das Relações Internacionais que marcam a História a partir da Região Autónoma dos Açores, antecipando também novos desafios que se colocam ao nível da política Internacional e em particular da comunidade atlântica.

Luís de Andrade é Professor Catedrático de Ciência Política e Relações internacionais e leciona várias disciplinas no âmbito da licenciatura em Estudos Euro-Atlânticos e do mestrado em Relações Internacionais da Universidade dos Açores. É membro integrado do Centro de Investigação em Ciência Política das Universidades do Minho e de Évora e membro associado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. É membro fundador da Associação Portuguesa de Ciência Política e do Conselho Consultivo Nacional do Observatório Político de Lisboa. É membro do Conselho Editorial do Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora

Studies da Anderson University, Indiana, E.U.A. É presidente do Conselho de Ilha de São Miguel desde fevereiro de 2019.

Luís de Andrade já publicou vários livros e artigos e proferiu conferências e comunicações em Portugal e no estrangeiro. Foi Pró-Reitor para as Relações Internacionais e Cooperação Institucional da Universidade dos Açores, entre novembro de 2004 e fevereiro de 2014. Foi Diretor do departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais (1995-1996) e do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia (1995-1998) da Universidade dos Açores. Coordenou o mestrado em Relações Internacionais (2000-2003) e o mestrado em História Militar, em colaboração com a Academia Militar (2005-2008). Participou em várias dezenas de júris de mestrado, doutoramento e de contratação de professores universitários na Região e em várias universidades portuguesas. Foi bolseiro da NATO, da Fulbrigt, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Foi adjunto do Ministro da República para os Açores (1991-1992) e assessor para a Cooperação Externa do Presidente do Governo Regional dos Açores (1996-2000). Foi representante dos Açores no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América (1996-2000 e 2001-2004).

PAULO VITORINO FONTES:

Caro Professor Luís de Andrade, obrigado por nos conceder esta entrevista, em tempos tão conturbados, de generalizada ansiedade, mas também de mudança face a novos desafios. Desde o tempo da sua investigação de doutoramento, orientado por tão distinto académico – doutor Adriano Moreira – cuja tese intitulada “Neutralidade colaborante - o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial” foi defendida na Universidade dos Açores em 1993, que se tem dedicado ao estudo da importância geoestratégica e geopolítica do Arquipélago dos Açores. Na altura, os Açores foram de tal modo cobiçados, que chegou a ser iminente o perigo de uma invasão estrangeira, tanto por parte dos alemães como dos aliados, o que obrigou o Governo de Portugal a rever a sua posição. Pode explicar um pouco este período tão conturbado, mas também tão interessante, da nossa História?

LUÍS DE ANDRADE:

Os Açores sempre foram importantes dos pontos de vista geopolítico e geoestratégico. Concentrando-me no período da Segunda Guerra Mundial, diria o seguinte: muito embora

o nosso país tenha declarado formalmente a sua neutralidade no início do conflito, manteve esse estatuto até à concessão de facilidades militares aos Aliados (Reino Unido) em Agosto de 1943. Neste contexto, Oliveira Salazar protelou ao máximo essa cedência na medida em que receava uma retaliação alemã. A sua habilidade política e diplomática foi evidente. No entanto, Portugal tinha diplomatas de grande categoria, como é o caso, por exemplo, de Armindo Monteiro, nosso embaixador em Londres. Gostaria de referir, porém, que a concessão de facilidades de natureza militar à Grã-Bretanha resultou de uma pressão muito grande por parte dos Aliados, tendo estes recorrido à ameaça de invasão dos Açores se Salazar não as concedesse. Penso que este facto é elucidativo da importância do arquipélago no que diz respeito ao apoio norte-americano à Europa assim como para fazer frente à ameaça submarina alemã naquela zona do Atlântico.

PAULO VITORINO FONTES:

Se o arquipélago dos Açores não tivesse uma posição geoestratégica fundamental no Atlântico, Portugal que tinha um regime não democrático, provavelmente não teria sido um dos países fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN em 1949?

LUÍS DE ANDRADE:

A minha interpretação acerca desta matéria é a seguinte: foi essencialmente a relevância geoestratégica dos Açores que explica o facto de Portugal, na altura um país não democrático, ter sido convidado para integrar os membros fundadores da OTAN, em 1949.

Ao longo da minha investigação em Washington, designadamente na Biblioteca do Congresso e nos Arquivos Nacionais, constatei, em vários documentos oficiais, que os *Joint Chiefs of Staff* dos EUA afirmaram, por diversas vezes, que pretendiam que Portugal fosse membro fundador da OTAN devido fundamentalmente aos Açores e, consequentemente, às suas bases, quer aéreas quer navais.

PAULO VITORINO FONTES:

Em relação a um assunto tão importante para os Açores e em especial para a ilha Terceira, a Base das Lajes, que o Professor Luís de Andrade tem acompanhado, tanto ao nível da sua investigação académica, como na assessoria técnica e na representação diplomática que prestou à Região Autónoma dos Açores, tendo em conta a diminuição significativa

de militares americanos e de trabalhadores portugueses na Base das Lajes, considera que a Base perdeu parte da sua importância geoestratégica? Os EUA poderão abandonar a Base das Lajes?

LUÍS DE ANDRADE:

Muito embora a conjuntura geopolítica e geoestratégica tenha mudado radicalmente desde o final da Guerra Fria, em novembro de 1989, até hoje, surgiram novas ameaças que têm de ser tidas em conta pela Comunidade Internacional. Neste contexto, citaria, por exemplo, o terrorismo transnacional que tem vindo a causar ao longo dos últimos anos problemas muito complexos e com consequências dramáticas um pouco por todo o mundo.

Dito isto, e invocando uma característica muito importante deste novo mundo em que vivemos, e que se consubstancia na sua grande imprevisibilidade, entendo que os EUA não irão abandonar a base das Lajes. É um facto inegável que, no decurso dos últimos anos, assistiu-se a uma redução substancial do número de efetivos militares naquela base. No entanto, como referi anteriormente, não acredito que haja uma retirada total daquela base. Uma explicação para tal facto assenta num dos principais pressupostos da Geopolítica que é o seguinte: se eventualmente forem criados vazios de poder, eles serão imediatamente preenchidos por alguém.

PAULO FONTES:

Sabemos que a presença norte-americana nos Açores trouxe consequências, algumas delas de difícil resolução, como a contaminação dos solos circundantes às Lajes, que poderão contaminar os aquíferos não apenas daquela zona, mas de outras zonas da ilha. Este assunto tem marcado a agenda das reuniões da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América. Considera que Portugal, ao procurar consensos, irá conseguir resolver este problema? Estarão os EUA dispostos a descontaminar os solos? Como podemos pressionar esta grande potência?

LUÍS DE ANDRADE:

Citando o Embaixador dos EUA George E. Glass numa entrevista recente à RTP, já há algum trabalho desenvolvido nesse sentido. No entanto, subsistem ainda vários problemas por resolver acerca desta matéria. É necessário que o Governo da República,

conjuntamente com o Governo Regional, continue a pressionar as autoridades norte-americanas no sentido desses problemas de natureza ambiental serem efetivamente resolvidos. Eu acredito que, com mais ou menos dificuldades, as autoridades norte-americanas acabarão por resolver essa questão.

PAULO VITORINO FONTES:

Temos assistido ao empenhamento do Governo Regional dos Açores em resolver este problema da possível contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira, através da sua ação nas reuniões da Comissão Bilateral em representação da Região. No entanto, ao nível dos vários canais diplomáticos estabelecidos entre Portugal e os EUA, os nossos interlocutores nem sempre têm tido a mesma voz. Sabemos que a Região não tem competências de política externa, o que vem dificultar este processo negocial. Que análise faz desta problemática?

LUÍS DE ANDRADE:

Relativamente a esta questão, o que lhe posso dizer assenta sobretudo na minha experiência de cerca de sete anos, ao longo dos quais acompanhei de perto as negociações no âmbito do Comissão Bilateral Permanente entre Portugal e os EUA. Devo referir que no âmbito das reuniões preparatórias da parte Portuguesa, nunca me senti coartado de dizer o que efetivamente pensava acerca das várias questões que estavam a ser abordadas. Por outro lado, também tenho de ter em consideração que a chamada *Realpolitik* está sempre presente em qualquer negociação, seja ela bilateral ou multilateral. Consequentemente, como é o caso, as negociações entre um pequeno Estado e uma hiperpotência são sempre muito complexas. No entanto, há algo muito relevante em todo este contexto e que tem a ver com a dignidade nacional, que tem, a meu ver, de ser preservada o mais possível.

PAULO VITORINO FONTES:

Sabemos que a geopolítica não depende só da geografia, mas depende também da capacidade de estabelecermos as melhores parcerias, que concorrem para os mesmos objetivos. Nesse sentido, o Governo de Portugal está a desenvolver dois projetos que podem potenciar a posição dos Açores no Atlantic International Research Center – AIR Center e a criação de um Centro de Segurança Atlântica. Considera que esta aposta na

diversificação da cooperação não só com os EUA, mas também com outros países, poderá trazer importantes ganhos para Portugal e para os Açores em particular?

LUÍS DE ANDRADE:

Não tenho qualquer dúvida que quer um quer outro trarão benefícios para os Açores e para o país. O designado Air Center constitui um importante centro de investigação em múltiplas vertentes, uma delas tem a ver com o estudo das alterações climáticas no Atlântico Norte. Por outro lado, a instalação de um Centro de Segurança do Atlântico é, em meu entender, um excelente complemento do Air Center. Entendo que os Açores e, obviamente o país, sairão muito beneficiado destas realizações.

PAULO VITORINO FONTES:

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a posterior implosão da União Soviética em 1991, passámos de um mundo bipolar, em estado de Guerra Fria, para um mundo unipolar, com o domínio imperial dos Estados Unidos da América. O sistema capitalista mundial triunfou e pensou-se que teríamos um mundo mais previsível e menos conflituoso. No entanto, tal expectativa estará longe de se concretizar. Por sua vez, a União Europeia ainda não criou uma política comum de segurança e defesa. Digo que ainda não criou, porque pressuponho que será um desafio muito importante para a estabilidade e segurança da Europa. Concorda? Que análise faz destes novos desafios?

LUÍS DE ANDRADE:

É um facto inegável que as Relações Internacionais sofreram uma profunda alteração desde a queda do muro de Berlim, em 1989, e a conseqüente implosão da URSS em 1991. Em termos exclusivamente militares, os EUA assumiram, claramente, a supremacia, a tal ponto que passaram a ser designados por hiperpotência. Por outro lado, a realidade económica e financeira é, em meu entender, inequivocamente multipolar. Surgiram novos protagonistas, desde logo, a República Popular da China, que tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na atual conjuntura geo-económica internacional.

Neste contexto, a União Europeia, muito embora seja uma potência económica muito importante, carece de uma Política Externa e de Segurança Comum e, conseqüentemente, uma Política Comum de Segurança e Defesa credíveis, por forma a poder ter uma voz que seja escutada e respeitada no âmbito da política internacional. A título de exemplo,

veja-se o que sucedeu ao longo do conflito na ex-Jugoslávia, designadamente no Kosovo, ao longo da última década do século XX.

PAULO VITORINO FONTES:

Abordando o período mais recente nas relações transatlânticas entre os EUA e a União Europeia, verificamos que o atual presidente dos EUA tem mostrado uma atitude arrogante, prepotente e ultranacionalista. Podemos afirmar que a relação da União Europeia com os Estados Unidos da América, no seio da NATO, deteriorou-se com a postura de Donald Trump?

LUÍS DE ANDRADE:

Claramente. Aliás, o atual presidente dos EUA, afirmou, várias vezes, quer durante a campanha eleitoral, quer mesmo depois de ser eleito, que a OTAN era uma instituição obsoleta e que necessitava de uma urgente reorganização, tendo mesmo referido que muitos dos seus países membros têm de investir mais na sua defesa, o que corresponde à realidade. O que tem suscitado muitas críticas na Europa é o seu *modus operandi*, por um lado, e a alteração, quase constante, de opinião, por outro.

PAULO VITORINO FONTES:

Um dos grandes problemas com que a Europa se defronta é a contínua chegada de refugiados de países vizinhos. Podemos dizer que a problemática dos refugiados terá sido em grande medida despoletada pela intervenção militar dos EUA no médio oriente a partir de 2003?

LUÍS DE ANDRADE:

Não é, obviamente, a única razão, mas não deixa de ser despicienda. A intervenção unilateral dos EUA no Iraque, em março de 2003, contribuiu, inequivocamente, para a instabilidade na região. Na minha opinião, não é possível estabelecer uma democracia tal como nós a entendemos no Ocidente, num país como o Iraque, na medida em que as idiosincrasias são radicalmente diferentes das do mundo ocidental, como por exemplo, a problemática entre Xiitas, Sunitas e Curdos.

A componente militar não pode nem deve ser a única a ter em consideração. Existem múltiplos aspetos em ter em conta quando um país invade outro, à revelia do Direito Internacional.

PAULO VITORINO FONTES:

Voltando ao período imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial, depois da indescritível barbárie do Holocausto, a Humanidade percebeu, mais do que em qualquer época da História, o valor supremo da dignidade humana. Os Estados uniram-se e criaram a Organização das Nações Unidas, cuja principal tarefa foi a constituição e implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Passados cerca de 70 anos, este percurso histórico de emancipação humana parece ter retrocessos, com novos ódios, nacionalismos, limpezas étnicas e extermínios. A conflitualidade parece ter aumentado, principalmente a partir da última década do século XX, o que nos faz crer que não há conquistas garantidas, e que as mudanças sociais, políticas e económicas não constituem necessariamente uma linha de progresso linear. Concorda com esta visão?

LUÍS DE ANDRADE:

Concordo. Muita gente pensou que o mundo a que assistiríamos após o final da Guerra Fria seria muito mais pacífico e estável do que o anterior a 1989. O que se passou foi exatamente o contrário. A conflitualidade aumentou resultante do renascimento de ódios ancestrais de natureza diversa, designadamente racial e religiosa, entre outros.

Por outro lado, temos vindo a assistir a um aumento considerável do populismo, mesmo na Europa. E isto é muito preocupante. Veja-se, de igual modo, o surgimento de partidos de extrema direita um pouco por todo o mundo.

PAULO VITORINO FONTES:

As Relações Internacionais atravessam um período difícil, com contornos extremamente opacos, no seio de uma Pandemia provocada pelo COVID-19 que poderá acelerar algumas mudanças já latentes. Falo por um lado, da nova fase do capitalismo digital que se anuncia e que os governos estão apoiando, e por outro lado, da tendência de desglobalização. Ou seja, ao percebermos a vulnerabilidade a que os Estados estão sujeitos, principalmente no Ocidente, pela dependência de bens essenciais que já não produzem e que vêm do sudoeste asiático, para onde foi deslocalizada grande parte da indústria do mundo ocidental, projeta-se um retorno em certa medida à autossuficiência nacional e regional. Acha que podemos falar de regionalização das Relações Internacionais? Teremos uma nova ordem mundial? Ou novas ordens mundiais?

LUÍS DE ANDRADE:

Penso que ainda é demasiado cedo para termos uma ideia correta das principais características geopolíticas e geoeconómicas do novo mundo que está para vir. No entanto, uma das características mais relevantes acerca desta questão tem a ver com a imprevisibilidade das Relações Internacionais. Neste contexto, gostaria de lhe dar um exemplo. Em agosto de 1989, participei no seminário de Salzburgo acerca das mudanças em curso na URSS. Um dos conferencistas soviéticos era o professor Bogomolov, da Academia das Ciências de Moscovo, que quer na sua intervenção, quer em conversas “off the record”, não fazia a mínima ideia do que iria acontecer cerca de três meses depois, com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989.

As teses defendidas por Francis Fukuyama relativamente ao fim da história e por Samuel Huntington sobre o choque de civilizações não se vieram a concretizar. No entanto, o papel cada vez mais relevante assumido por países com a República Popular da China, a Índia, o Brasil, etc. não pode ser esquecido.

Cite esta entrevista (ABNT NBR 10520:2002, estilo APA)

FONTES, Paulo Vitorino. **Os Açores e os desafios da Política Internacional: uma entrevista com Luís de Andrade.** Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, Vol.12 | N.24, pp 130-138, 2021.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Luís. **Uma perspectiva açoriana da política externa dos Estados Unidos da América.** Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2017.

ANDRADE, Luís. **Os Açores e os desafios da política internacional.** Ponta Delgada: Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 2003.

ANDRADE, Luís. **Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO.** Ponta Delgada: Impraçor, 1992.

ANDRADE, Luís. **A importância geoestratégica dos Açores nas duas guerras mundiais.** Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. 45, nº 2, 1987, p. 1389-1397.